

Entrevista – Júnia Sales Pereira: O PNLD em perspectiva

*Interview – Júnia Sales Pereira:
PNLD in perspective*

Entrevista realizada entre julho e setembro de 2018.

Sandra Regina Ferreira de Oliveira*

Flávia Eloisa Caimi**

Júnia Sales Pereira é doutora em História, professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na área de Ensino de História, com atuação em licenciatura em História, Educação Indígena e Educação do Campo. Foi Coordenadora Pedagógica do PNBE Temático (2013-2014), Coordenadora Geral de Materiais Didáticos do Ministério da Educação (2014-2015) e Subsecretária de Educação do Estado de Minas Gerais (2015-2016). Nesta entrevista, ela nos apresenta o seu olhar sobre o PNLD, registra a memória dos últimos processos destacando as conquistas e fragilidades do Programa, e contextualiza as alterações advindas pela promulgação do Decreto nº 9099/2017.

Júnia Sales Pereira is PhD in History, a retired professor at the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) in the area of History Teaching, with a degree in History, Indigenous Education and Countryside Education. She was the Pedagogical Coordinator of PNBE Thematic (2013-2014), General Coordinator of Didactic Materials of the Ministry of Education (2014-2015) and Undersecretary of Education of the State of Minas Gerais (2015-2016). In this interview, she presents us with a look at the PNLD, records the memory of the latest processes highlighting the achievements and fragilities of the Program, and contextualizes the changes emerged from the promulgation of Decree No. 9099/2017.

* Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil. sandraoliveira.uel@gmail.com

** Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, RS, Brasil. caimi.flavia@gmail.com

Tendo em vista sua vasta experiência no campo educativo e na formação de professores, como você compreende os programas do livro e da leitura no contexto das políticas educacionais públicas?

O livro é um artefato cultural cuja história é longa. Envolve e é revelador de comportamentos, formas de comunicação e difusão da informação. No âmbito educacional o livro é um mediador da mais alta relevância, ligando-se fundamentalmente às diversas formas e conteúdos das práticas de leitura, dos usos e da circulação dos mesmos, no tempo. Os livros didáticos participam desse intrincado circuito, com peculiaridades e transformações, em especial no Brasil, país em que há um programa público destinado à sua valorização na escola pública brasileira, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O PNLD é um dos programas mais antigos e estáveis do Ministério da Educação (MEC), vindo a constituir-se como programa de Estado, suplantando em alguma medida as flutuações políticas e ideológicas de governos. Regido por Editais públicos, o PNLD, tal como o conhecemos contemporaneamente, expressou, em várias de suas edições, princípios fundamentais voltados à melhoria da educação pública: a correta difusão de conceitos e conteúdos, a qualidade editorial das obras, o compromisso com o pluralismo pedagógico, o alinhamento aos pressupostos do republicanismo (direito ao livro e à leitura, igualdade de condições e participação e democratização da cultura) e a centralidade na atuação dos coletivos profissionais docentes na escolha e uso dos mesmos.

Abarcando também o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), o PNLD consolidou-se, em seus mais de 30 anos de edição, como um dos maiores, mais robustos e mais estruturados programas públicos de valorização do livro e da leitura na escola do cenário mundial, do qual participam autores, editores, professores, estudantes, escolas, gráficas, correios, secretarias de Educação municipais e estaduais, bem como pareceristas, analistas e críticos situados tanto em universidades quanto em centros de pesquisa. O PNBE e o PNLD geraram, nestas últimas três décadas, parte significativa da produção acadêmica da área educacional brasileira, alimentando a pesquisa, a difusão de ideias e o intercâmbio entre as universidades, as escolas e a sua rede multiautoral. Além disso, mesmo considerando a oligopolização do mercado editorial e as limitações advindas da própria cultura escolar nos processos de escolha dos livros, o PNLD alimentou em sua trajetória as mais diversas formas autorais e editoriais, impactando a revisão de conceitos e conteúdos, a superação de preconceitos e estereótipos e

a valorização da função mediadora plural dos livros, incluindo-se neste caso os livros didáticos, além dos literários.

Você poderia comentar o processo avaliativo por que passam as obras didáticas no âmbito do PNLD, destacando as instâncias e fluxos nele implicados?

No âmbito do PNLD os livros passam por um circuito, desde a sua produção até chegar aos destinatários, com pelo menos *seis* instâncias de validação. Pela sua força prescritiva, a *primeira* delas é o próprio Edital, que apresenta os critérios avaliativos e excludentes, pressupostos e orientações aos interessados. Com modificações sensíveis nos últimos anos, os Editais do PNLD incorporam pressupostos republicanos, estéticos, políticos e educacionais relevantes, confirmando sua vinculação e compromisso com a melhoria da educação brasileira. Feito a várias mãos, um Edital pode incorporar, também, as muitas contradições internas advindas das diferentes fontes de sua autoria e dos interesses envolvidos no momento, além das restrições e concepções próprias a um ou outro grupo dentro do próprio MEC.

A *segunda* delas situa-se no âmbito editorial e autoral. Num fluxo já histórico, editores e autores confluem ações e dispositivos para confeccionar ou revisar obras a serem inscritas no Programa, num ajuste fino e refinado que visa à correta revisão de conceitos e ideias, à busca pelo equilíbrio editorial e à atratividade da obra para utilização e destinação correta ao público a que se destina. Nesse momento participam autores, professores, ilustradores, pesquisadores, pareceristas, leitores críticos, fotógrafos, editores de imagem, diagramadores e coordenadores editoriais, dentre outros. É uma instância validativa importante, já que ela expressa o trabalho multiautoral envolvendo a confecção de uma coleção didática.

A *terceira* instância é avaliativa, e ocorre após a inscrição das obras no Edital. Certificados os requisitos técnicos apropriados, a obra segue para avaliação pedagógica e editorial. Historicamente o MEC utilizava-se da excelência das universidades – especialmente públicas – para realização das avaliações. Tratava-se de uma contratação de Universidades onde havia notório saber em campos específicos do conhecimento, equipes multirreferenciadas com consolidada trajetória em conhecimento e avaliação, capazes de implementar uma avaliação ética, segura e plural das obras inscritas, à luz do Edital. É um processo complexo, tenso, e que envolve responsabilidades públicas enormes, uma

ética fundamentalmente compromissada com a educação brasileira e com o avanço educacional. Em minha atuação no MEC, dentre outras ações, busquei, ao lado da então secretária de Educação Básica, Maria Beatriz Moreira Luce, e da então secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Macaé Evaristo, aprimorar o relacionamento do Ministério com as Universidades, por meio de chamadas públicas, em processo o mais possível isento de personificações, com transparência e rigor. Foi uma guinada importante, pois situou as Universidades como corresponsáveis pela avaliação e dissolveu, pelo menos naquele momento, os pontos viciados nos relacionamentos das equipes do MEC com pesquisadores atuantes historicamente nas avaliações. O processo tornou-se mais institucional, o que, para um programa dessa envergadura, era mais que necessário. Mesmo com as pressões vivenciadas, penso que contribuí para aprimorar os mecanismos avaliativos do programa, com regulação especialmente guiada pela transparência e pela formalização de um relacionamento orientado por elucidação de responsabilidades por parte das Universidades. Foi crucial aquele momento, quando o MEC assumiu, também nesse relacionamento, uma atuação esclarecida e republicanista, sem privilégios de relacionamentos com um ou outro sujeito. Outro ponto importante de minha atuação marcou a consolidação das equipes de Comissões Técnicas tanto do PNLD quanto do PNBE, para que o relacionamento entre o MEC e as Universidades também fosse regulado por uma instância apreciativa plural e tecnicamente forte. Mais recentemente, o MEC alterou o processo avaliativo, restringindo-o à atuação simples de pares de pareceristas duplo-cego, sem a presença – intelectual e institucional – das Universidades como corresponsáveis pela avaliação. A avaliação foi conduzida pelo próprio MEC com a assessoria das Comissões Técnicas. É uma mudança significativa, com efeitos profundos. O primeiro deles, a meu ver, diz respeito ao esvaziamento da atuação das Universidades no processo avaliativo e – por que não dizer, também? – no processo político-educacional mais amplo. O segundo diz respeito à lógica avaliativa propriamente dita, que se fragmentou, foi reduzida à análise obra-obra e não ao conjunto das obras num fluxo *macro* e *micro* sempre muito valioso para compreensão do comportamento editorial e educacional nos mais variados campos de conhecimento. O terceiro e talvez mais sério diz respeito à probabilidade de que o PNLD tenha se tornado mais um programa de governo do que de Estado, já que a transparência avaliativa diminui em processos

avaliativos endógenos como este último (o PNLD 2019). Mas essas são circunstâncias diante das quais eu mesma só tenho a lastimar. O que pude fazer para trazer institucionalidade e vigor aos programas do livro e da leitura do país, eu fiz. Tenho certeza de que a minha atuação marcou um período frutífero do ponto de vista avaliativo, com decisões e procedimentos extremamente éticos e orientados pela densidade necessária.

Feita a avaliação pedagógica, os livros partem para a *quarta* instância avaliativa: os coletivos docentes na Educação Básica. Presentes nos Guias do PNLD, as obras são apreciadas e selecionadas pelos coletivos docentes, confirmando a relevância de seu protagonismo no programa. O ideal seria que os Guias incorporassem obras com perfis pedagógicos variados e multirreferenciados, proporcionando um leque de escolhas bastante eclético e plural. Mas nem sempre isso ocorre, já que há certa tendência homogeneizadora no campo da produção didática, inclusive por força dos Editais e das próprias avaliações anteriores, além do fato de que as escolhas, em anos anteriores, fazem confirmar determinados perfis de obras didáticas mais afeitos do público docente. Mesmo com essas ressalvas, a participação do coletivo docente nas escolhas é fundamental.

É importante notar que os professores da Educação Básica são, historicamente, os grandes sujeitos nesse processo do PNLD: eles participam via de regra da autoria das obras, participam das avaliações pedagógicas a convite das universidades e participam da escolha das obras como coletivos escolares. Mas, curiosamente, nem sempre os próprios professores têm consciência disso, e a comunicação do MEC com as escolas é nula no pós-escolha.

A *quinta* instância é a própria escola, é quando os livros chegam aos estudantes, são utilizados e seguem o circuito escola-família-rede de convívio dos estudantes e professores. É propriamente a instância social de uso e apropriação das obras, e é realmente inimaginável a rede de sentidos que os livros e as suas leituras e usos podem criar. Nisso reside, também, o fato de os pesquisadores da área educacional virem a se dedicar tanto e com tanto vigor à análise de usos e sentidos de livros didáticos nas interações pedagógicas. Está aí uma *sexta* instância, a da pesquisa acadêmica propriamente dita e da repercussão social dos livros didáticos (seus trajetos sociais para além da escola), alimentando, até mesmo, os processos futuros de autoria, de valorização de seu papel e de usos diversos.

Neste ponto eu gostaria de abordar a recente vinculação do PNLD à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Penso que essa é uma operação que fere frontalmente os princípios do PNLD, marcado, desde sua origem, pela oferta de perspectivas plurais por meio de obras e coleções variadas para escolha dos coletivos docentes. Ao atrelar-se o PNLD à Base Nacional, o MEC reduz o espectro de uso do livro didático em sala de aula, transformando-o em único e, mais, em currículo prescrito. Ao transformar o PNLD em via difusora da BNCC, as autoridades educacionais ferem o programa em sua espinha dorsal, promovendo a ruptura com a valorização do protagonismo docente nos usos dos livros.

Para além do PNLD, qual a interpretação que você faz para o livro como direito de alunos e professores e para a importância da presença do livro na vida escolar?

A existência de um programa público de avaliação e aquisição de obras pelo governo brasileiro gerou, como não poderia deixar de ser, modificações tanto na forma de produzir-se os livros e coleções, como, também, nos processos intraescolares. Tradicionalmente, os livros classificados como didáticos vincular-se-iam a projetos pedagógicos e autorais de docentes da Educação Básica, envolvidos com a produção de materiais que consolidassem mediações significativas em sua própria prática docente, numa rede de trocas entre docentes. Na história do PNLD, o que ocorreu foi certa desassociação dos projetos de obras didáticas do universo escolar, com projetos gestados no interior de Editoras participantes/concorrentes a Editais do programa, tanto porque tornaram-se altíssimos os custos de produção de obras didáticas no atual contexto, quanto pelo fato de que, orientadas pelo interesse econômico premente, Editoras acabaram arrebanhando autores em seus quadros, vinculando-os mais aos dispositivos e pressupostos previstos em Editais anuais do que, propriamente e mais especialmente, às inovações pedagógicas e tendências criativas vinculadas ao chão das escolas. Os livros didáticos, de alguma forma – e infelizmente – deixaram de estar vinculados mais fundamentalmente a experiências de sala de aula, configurando-se um fenômeno que podemos chamar de *editalização* das obras (a gestação vinculada ao cumprimento de exigências previstas em Editais).

Ao longo dos anos, o PNLD praticamente se universalizou, atingindo públicos do ensino fundamental e médio, além da Educação do Campo (mais recentemente) e da Educação Infantil (mais recentemente ainda). O que há alguns anos era quase impossível – a presença gratuita do livro didático na escola pública – tornou-se uma realidade, evidentemente não sem problemas, dada a extensão do país e a sua complexidade.

Acredito em políticas públicas sistêmicas, com atendimento a todos os públicos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, de forma a valorizar e incentivar as práticas de leitura ao longo de todo o processo de escolarização, evitando-se a sazonalidade, a interrupção de processos educativos e a desvalorização do livro como elemento educativo. Penso em políticas duradouras, que atinjam globalmente os estudantes da Educação Básica, constituindo a presença do livro de forma constante na experiência de docentes, estudantes, bibliotecários e outros mediadores de leitura, inclusive as famílias e grupos de convívio. Não sejamos ingênuos de considerar, contudo, que somente a presença do livro garantirá que as escolas se constituam em ambientes propícios a propostas de escrita e leitura significativas. Eu me formei em um contexto em que o livro – como *presença* – era uma raridade. Estudei numa escola pública no interior de Minas Gerais onde havia troca e venda de livros didáticos usados entre estudantes de anos mais avançados com os demais, em que os livros de literatura eram praticamente inexistentes do nosso universo, não raramente ausentes até da experiência dos professores. Era difícil conseguir livros didáticos recomendados pelos professores e, além disso, era caro adquirir livros novos. Estudei em livros didáticos usados várias vezes... Geralmente os livros vinham cheios de inscrições, desenhos, folhas arrancadas, anotações. Talvez por isso, ainda hoje, eu mesma não escreva nos meus livros: é um tipo de respeito ao futuro leitor desse mesmo livro. Mas, então, não é somente a presença do livro, mas é o significado que essa presença constante pode gerar na experiência leitora dos estudantes. É preciso haver biblioteca, com propostas de incentivo à leitura, professores leitores, uma cultura do livro como valor. A escola pode desenvolver campanhas de bom uso dos livros, a biblioteca pode criar campanhas de leitura sempre novas, as secretarias de Educação podem valorizar as iniciativas docentes consolidando clubes de leitura, trocas entre escolas etc. Mas, para isso, é preciso que os livros estejam presentes na vida escolar de forma

permanente, como um direito, e de forma sistemática, ou seja, uma presença que acompanhe o estudante em sua trajetória, povoando pluralmente o universo docente, sem engessar a sua prática. É uma aposta pela presença do livro: uma presença múltipla e valiosa para todos. Quem não viveu a carência do livro, ou seja, a sua ausência, não consegue dimensionar o que é isso. Um dia um senhor me disse numa viagem de ônibus, sem saber que eu coordenava esse programa no MEC: “Minha filha recebeu ontem os livros do governo. Olha, fiquei encantado! Ela recebeu livros ótimos, novos, bonitos, e o governo distribuiu esses livros para todos da escola!”. Pois, então, a presença significativa, é disso que estou falando.

Outra questão afeita ao PNLD diz respeito ao protagonismo docente, do qual já falei. Acredito em projetos de livros realmente autorais, que tenham vínculo com as experiências docentes e com o chão da escola, de onde brotam os processos interativos. Um dos pressupostos mais caros do PNLD é o protagonismo docente no momento da escolha do livro didático a ser adotado no ano seguinte. Segundo esse pressuposto, o coletivo docente da escola deveria eleger, dentre os livros dispostos no Guia, qual coleção seria adotada pela escola. A pesquisa vem mostrando que as opções docentes nem sempre recaem sobre propostas mais ousadas de coleção didática, nem mesmo as mais complexas. As escolhas docentes tendem (infelizmente, mas com exceções) à eleição de propostas mais simples e mais convencionais, por razões vinculadas especialmente e também aos traços da cultura escolar vigente e aos modos de vivência da profissão docente, constrangida por altas cargas horárias de trabalho, dispersão e instabilidade profissional. Mas, infelizmente, vemos cada vez menos “autores” de livros didáticos e mais “editores” à frente do processo, numa clara mercantilização do mercado dos livros, com sub-representação dos autores como detentores de saber pedagógico.

É fundamental a articulação das políticas públicas federais, estaduais e municipais. Mantendo-se as prerrogativas e iniciativas estaduais e municipais, seria muito interessante articular um sistema nacional do livro e da leitura, à semelhança do preconizado no Plano Nacional do Livro e da Leitura, garantindo-se, no caso dos livros presentes nos sistemas educacionais, a sobreposição de políticas ou, ainda, a ausência de políticas e a sua descontinuidade.

Qual sua análise acerca dos embates epistêmicos em torno dos livros didáticos no âmbito das políticas públicas no Brasil?

O PNLD é um grande programa de distribuição de projetos, ideias e informações por meio dos livros didáticos. É uma forma de inseminar as escolas com propostas educativas, lançando luz à prática pedagógica. Mas há controle de conteúdo, por outro lado. O mercado editorial pré-seleciona o que vai inscrever nos Editais e o que vai ser relegado. Essa é uma questão a ser compreendida, debatida e avaliada, já que tem ocorrido uma nítida pasteurização dos projetos. A meu ver, haveria como provocar alterações nesse comportamento com introdução de elementos como originalidade pedagógica nos Editais, mas essa não é uma questão bem vista pelo mercado editorial e nem sempre pelas equipes que estão no MEC, infelizmente.

Sabemos, por outro lado, o quanto um livro didático utilizado como fonte única pode reduzir o espectro pedagógico e formativo. Sabemos também que o proselitismo é o que de pior pode ocorrer no cenário educativo. Se o livro didático participa de alguma forma disso, não depende, contudo, do programa. Os processos avaliativos tendem a ser extremamente éticos e orientados por princípios democráticos e livres de sectarismo. Esse debate está longe de ser resolvido, já que outras instâncias sociais participam da validação social do programa, o que é recomendável, claro. Contudo, muitas vezes a forma encontrada de apreciação do PNLD por grupos sociais os mais variados recai sobre o receio de que por meio dos livros aprovados se esteja difundindo um ideal de Brasil tendencialmente mais “popular” ou mais “à esquerda”. A área de História é a que mais vivencia essa apreciação, e não é para menos. Nenhuma sociedade contemporânea ignorou a História como fonte de autoconhecimento. O que posso dizer a respeito é que o avanço epistêmico e conceitual adquirido pelas Universidades brasileiras nos processos avaliativos permite cercar propostas de livros didáticos doutrinários e sectários. A atuação das Universidades – sempre em equipes plurais e dialogais – é um bom indicativo de ruptura com preferências, paixões e interesses particularizados. É por isso, mas não somente, que eu acredito mais numa relação MEC-Universidades no processo avaliativo do que no atual modelo MEC-Banco de Avaliadores. Só o tempo trará os efeitos desse novo caminho, e espero estar equivocada em prever danos à educação pública.

Mesmo com todo o esforço dos últimos anos, a sub-representação de grupos tais como indígenas, mulheres, afrodescendentes, imigrantes e outros ainda é uma realidade. Ainda haveremos de avançar quanto a esse quesito, e penso que é a própria sociedade brasileira que ainda está às voltas com tais questões.

O mercado editorial brasileiro expressa flutuações orientado por interesses, inclusive por Editais públicos (embora não somente). Sabendo da expressividade econômica – por suposto, também editorial – dos programas públicos do livro e de fomento à leitura, o mercado editorial vem convertendo suas prioridades, nos últimos anos, à observância de critérios e princípios norteadores que consolidam padrões de qualidade e adequabilidade das obras aos públicos leitores, especialmente os públicos escolares (professores, estudantes). Contudo, se por um lado há um amadurecimento editorial como resultante de múltiplos fatores, mas em específico também das exigências literárias e científicas dos programas do livro no âmbito do Governo Federal, por outro, houve certo atrelamento desse mercado a essas mesmas políticas. Criou-se um efeito perverso, neste caso, principalmente por conta tanto da necessidade de sobrevivência das editoras no mercado dos livros e da leitura, quanto da conversão de projetos editoriais em observância às exigências dos programas. Houve, na verdade, e muito claramente, um efeito PNLD nos livros didáticos e um efeito PNBE nos livros literários, com resultados que podem ser apreciados tanto positiva quanto negativamente. A face negativa evidentemente diz respeito ao baixo investimento em projetos editoriais dissonantes, mais ousados e mais criativos.

Sobre a valorização dos sentidos sociais e culturais dos livros didáticos no Brasil, o que poderia nos dizer?

Diria que é preciso ressemantizar o termo “livro didático” em amplo espectro. Começamos pela sua autoria, que precisa ser compreendida – e valorizada – por ser eminentemente multiautoral. Inúmeros profissionais atuam na elaboração textual, imagética e editorial das coleções didáticas, o que envolve ilustradores, escritores, pareceristas, *designers*, pesquisadores de imagem, revisores, programadores etc. Há que se considerar os autores de livros didáticos na condição propriamente de escritores. No Brasil há uma tendência à subvalorização do trabalho autoral de livros didáticos, como se essa fosse uma

atuação menor, mais simples ou até mesmo menor em relação ao trabalho autoral em livros literários ou livros técnico-científicos, por exemplo. Há quem julgue que essa subvalorização guarda relação com os critérios de avaliação da Capes, que praticamente não pontua escrita de livros didáticos nos processos de avaliação da pós-graduação. Mas, a meu ver, além desse ponto, há algo mais amplo, que diz respeito ao lugar que o livro didático ocupa na cultura literária e social brasileira: um lugar invisível, menor ou, pior, um lugar desvalorizado. Disso decorre que os relacionamentos estabelecidos pelas pessoas com os livros didáticos (não somente os estudantes) podem ser de desprezo ou de desqualificação. Curiosamente, os livros didáticos brasileiros apresentam, nos últimos 20 a 30 anos, melhorias significativas no que toca à qualidade editorial, pedagógica e científica. Isso, contudo, não foi acompanhado, infelizmente, de uma recolocação desse artefato cultural no seio da cultura literária e social. A despeito disso, há, claro, excelentes iniciativas de valorização do livro didático em sua função educativa e pedagógica, tanto nas escolas quanto em sistemas de ensino. Contudo, a meu ver, essas iniciativas ainda são tímidas e não permanentes, e o MEC não fez ainda um levantamento de boas práticas de uso do livro, curiosamente, com um programa tão longo e bem-sucedido.

Além disso, penso que se há um campo em que pouco avançamos foi no tocante à cultura digital pedagógica. O MEC teria um papel fundamental para avanço e consolidação de processos de criação e difusão da cultura digital pedagógica no âmbito do PNLD. Mas isso não ocorreu, tanto pelo fato de que ainda engatinhamos culturalmente para compreender, valorizar e integrar a cultura digital ao universo escolar, quanto porque o universo autoral nesse campo ainda reproduz visões tecnicistas e reducionistas da aprendizagem, com exceções, claro. Mas o MEC poderia ter fomentado com maior vigor essa produção. Houve tentativas, mas frustradas até pelo próprio MEC, já que o FNDE não priorizou essa política nos últimos anos.

Para finalizar, quais as suas perspectivas para os principais desafios e avanços do PNLD e os efeitos dele na educação do país?

Um dos desafios do PNLD diz respeito à ampliação das escolas no programa. Mesmo com todos os limites implicados, obviamente, nesses processos, o pressuposto de que os coletivos docentes têm a prerrogativa de escolha das obras a serem utilizadas nas escolas é extremamente valioso para

amadurecimento democrático e pedagógico do processo educacional. Primeiramente porque se considera, nessa questão, os docentes como coletivos, afirmando o valor fundamental do encontro docente para planejamento da inserção dos livros didáticos no projeto pedagógico das escolas. Em segundo lugar, porque, ao participarem (originalmente) do programa como protagonistas das escolhas, os coletivos docentes confirmam os perfis interacionais de sua profissionalidade. Contudo, essa parte do programa é a mais frágil. A atuação das Comissões Técnicas poderia continuar em seminários em vários pontos do país, com orientações às escolas, debates, rodas de conversa, *web-conferências*. Trata-se de dar relevância à parte significativamente valiosa do programa, que envolve os interesses das escolas. Enquanto o MEC ficar envolvido apenas com os interesses editoriais, essa questão continuará fragilizada. Estou tratando, aqui, do programa como um todo, mas, no caso da área de História essa questão é sensível. Professores de História tendem a atuar mais nas escolas na gestão de processos coletivos, e isso, ao que me parece, é um traço significativo de sua formação. As escolas poderiam manter o coletivo docente atuante para a condução de processos formativos interacionais, numa rede de trocas que, evidentemente, suplanta o caso específico dos usos do livro didático, mas com esse momento também considerado. O que quero dizer é que o PNLD, como programa, não fortaleceu os coletivos docentes para além do momento específico da escolha das obras. Considerando a sua envergadura e essa fragilidade, sinto que ainda falhamos. Há muito o que fazer, mesmo sabendo que o país é continental e que cada escola é uma ilha de encontros específicos e circunstanciais.

O papel formativo do MEC foi historicamente achatado, no caso do PNLD. O FNDE é responsável pelos procedimentos operacionais do Programa, e o faz com as conhecidas competências e limitações, mas o papel do MEC não pode ser reduzido – e foi, infelizmente. Um programa como o PNLD poderia contar com uma série de ações permanentes de incentivo e orientação plural e consistente para promoção da leitura e dos usos dos livros literários e didáticos. Isso não ocorre, e o caso é ainda mais sério no PNLD do que no PNBE.

O Guia do livro didático poderia ser acompanhado de outras publicações de orientação aos docentes, difusão de boas práticas de uso dos livros didáticos e valorização do papel do livro didático na cultura escolar, rompendo com o estereótipo que por longa data acompanhou essa publicação no seio da crítica

educacional. Penso que o livro didático, ao invés de reduzir ou constrianger os conteúdos escolares, os difunde à sua maneira, e pode ser um dos mediadores relevantes de conteúdos e processos na escola, desde que não seja o único, claro. Os poderes públicos, ao cumprirem seu papel de ampliação do acesso ao livro, de forma permanente, plural e diversa, cumprem apenas uma parte do processo de incentivo à leitura. A outra parte se concretizará no chão das escolas, nos circuitos posteriores dos trajetos dos livros entre os leitores, inclusive dos professores leitores e na sua articulação com as bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, por meio das feiras literárias, clubes de leitura, iniciativas sociais de promoção do livro e da leitura, clubes de autores, redes de trocas de livros, além – e de forma mais sistêmica – dos planos municipais e estaduais do livro e da leitura, no âmbito do Plano Nacional do Livro e da Leitura.

Quanto à autoria, penso que as Universidades pouco fizeram neste período, considerando a sua capacidade e excelência e o que experiências internacionais revelam em alguns casos de um profundo diálogo e atuação entre Universidades e Educação Básica. Poderia haver coletivos autorais situados nas Universidades, com obras produzidas em parceria entre centros pedagógicos, escolas da Educação Básica e faculdades de Educação. Mas essa não é uma realidade efetivamente presente. Há um descolamento na rede autoral em relação à pesquisa acadêmica. Eu sonho com um Edital público de fomento à criação autoral didática, isso seria bem interessante.

Mas, quanto à qualidade das obras, digo, com toda a certeza, que avançamos. As obras dos últimos 10 anos estão esteticamente mais bonitas, pedagogicamente mais densas e, do ponto de vista editorial, mais consolidadas. As escolas brasileiras recebem um artefato pedagógico potente e valioso, tenho certeza, que evidentemente precisa ser utilizado ao lado dos demais à disposição.

O debate público também avançou nos últimos anos. Os pesquisadores da área têm um papel fundamental, e os da área de História, certamente. Temas relevantes como o tônus mercadológico do PNLD, a agenda dos direitos humanos no PNLD, especialmente aqueles voltados à valorização das culturas afro-brasileiras, indígenas, ciganas e africanas, são pontos fundamentais ainda a serem acompanhados e amadurecidos.

A criação do PNLD do Campo significou um marco no PNLD, garantindo obras que romperam com o urbanocentrismo, com uma história eurocêntrica e pouco afeita à trajetória plural dos povos do campo no país e no mundo.

Eu não poderia deixar de ressaltar, além de tudo, que o PNLD é um dos programas de valorização da Educação pública brasileira. Ele deveria se desenrolar ao lado de outros fundamentalmente importantes, em especial os programas de formação docente (inicial e continuada). Sem isso, o PNLD figuraria – como via de regra figurou em vários momentos – como aposta de que o investimento em educação só se faz com produtos palpáveis e objetificáveis, tais como o livro. Infelizmente, essa concepção vigora entre os quadros do Banco Mundial, com políticas que menosprezam a força da formação docente na melhoria educacional no Terceiro Mundo. Essa é uma visão reducionista do cenário educacional, mas, sabemos, ela imperou até mesmo ao se supervalorizar o PNLD em detrimento de outras políticas mais sistêmicas, desenvolvidas a longo prazo.

Por fim, e não menos importante, penso que seria crucial a articulação das políticas de promoção do livro e da leitura no país, promovendo-se de fato uma cultura letrada desde a escola e na vida social, primeiramente dentro do MEC, articulando o PNBE e o PNLD de forma inteligente e expansiva, e, em escala maior, o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura.¹ Isso já está preconizado no Plano Nacional do Livro e da Leitura, mas pouco de efetivo se fez.

NOTA

¹ No período que decorreu entre a concessão da entrevista e a publicação desta edição, o Brasil viveu um conturbado processo eleitoral que culminou na vitória de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República. Sob suas ordens, o *Diário Oficial da União* publicou, em 1º de janeiro de 2019, a medida provisória nº 870, retirando da Cultura o *status* de ministério e outorgando-lhe o lugar de secretaria. Desde então, as atividades que pertenciam ao MinC foram destinadas ao Ministério da Cidadania que abrange, além da Secretaria Especial de Cultura, os antigos Ministério do Esporte e Ministério do Desenvolvimento Social. (N. E.)

Entrevista recebida em 31 de outubro de 2018. Aprovada em 27 de fevereiro de 2019.